



689

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0185773-4

COMARCA : Inajá –Vara Única
APELANTES : José Vieira Pereira e OUTRO.
APELADOS : Ministério Público do Estado de Pernambuco
e OUTRO.
PROCURADOR : Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA : Desa. Daisy Maria de Andrade Pereira Costa

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS DA DEFESA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CÓDIGO PENAL). PRELIMINARES DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DA PENA DE MULTA E DE NULIDADE DA SEGUNDA SENTENÇA POR CORREÇÃO QUE EXTRAPOLA O ERRO MATERIAL. ACOLHIDA A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SEGUNDA DECISÃO CONDENATÓRIA PROFERIDA. RECONHECIMENTO DA CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO PARÁGRAFO ÚNICO DO MESMO ART. 299 DO CP. APELO DA DEFESA PROVIDO EM PARTE. APELO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PROVIDO.

I – O valor aplicado para cada dia multa foi baseado no *quantum* do dano causado ao Município, portanto, não há que se falar em falta de fundamentação da pena pecuniária como alegado pela Defesa, em sede preliminar. Vale ressaltar, que o valor fixado (100 dias-multa) foi próximo ao patamar mínimo, porquanto a pena de prestação pecuniária varia de 01 a 360 salários mínimos.

II – No que diz respeito à alegação de nulidade por alteração de sentença já proferida, de fato, a segunda sentença foi além de uma mera correção material, haja vista que modificou, inclusive, a substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos para pena



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

privativa de liberdade em regime semiaberto, pelo que carece de nulidade.

III – O representante ministerial apresentou APELAÇÃO tempestiva relativa à SENTENÇA ORIGINÁRIA (fls. 615/620), postulando, nas razões recursais que fosse considerado o aumento de pena previsto no parágrafo único do art. 299 do CP, e, por conseguinte, mantido o quantum fixado na SEGUNDA SENTENÇA. Por se tratar de crime praticado por agente público (ex-prefeito), não há dúvidas de que se impõe a classificação do tipo penal previsto no parágrafo único do referido artigo. Mantida a pena-base fixada em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, cumulada com 100 (cem) dias-multa, sendo cada dia-multa equivalente a um salário mínimo legal conforme SENTENÇA ORIGINÁRIA, ausentes atenuantes e agravantes, e à míngua de causa de diminuição e presente a causa de aumento prevista no parágrafo único, do art. 299, do CP, majoro a pena em 1/6 (um sexto), **passando a pena final a ser fixada em 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão e 116 (cento e dezesseis) dias-multa, cada dia no valor de 01 (um) salário mínimo vigente à época do fato.**

IV - Levando-se em conta que o Ministério Público, em seu Apelo, não requereu a alteração do cumprimento da execução da pena estabelecido na primeira sentença condenatória, deve prevalecer a substituição ali indicada, qual seja, uma pena pecuniária e uma pena de prestação de serviços à comunidade como penas substitutivas à sanção privativa de liberdade. **O quantum estabelecido para a pena pecuniária fica nos mesmos moldes ali estabelecidos, alterando-se**



686

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

tão somente o destinatário da prestação pecuniária e também dos serviços a serem efetuados, que passa a ser uma entidade pública ou privada de destinação social, a teor do art. 45, § 1º, do Código Penal, indicada pelo Juízo das Execuções Penais.

V – Recurso da Defesa parcialmente provido e recurso do Ministério Público provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Apelação Criminal nº 0185773-4**, no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **dar provimento parcial** ao recurso interposto por JOSÉ VIEIRA PEREIRA, e em **dar provimento** ao recurso interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife, 16 de setembro de 2014.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator



674

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: **0185773-4**
COMARCA : Inajá –Vara Única
APELANTES : José Vieira Pereira e OUTRO.
APELADOS : Ministério Público do Estado de Pernambuco
e OUTRO.
PROCURADOR : Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA : Des. Daisy Maria de Andrade Pereira Costa

RELATÓRIO

JOSÉ VIEIRA PEREIRA foi condenado, nos termos da Denúncia, à pena definitiva de **02 (dois anos) e 06 (seis) meses de reclusão, além de 100 (cem) dias-multa**, no valor de 01 (um) salário mínimo cada dia multa, por ter infringido o **art. 299 (falsidade ideológica)** do Código Penal (fl. 615/620). Em seguida, o Togado sentenciante substituiu a pena privativa de liberdade por prestação pecuniária no valor de 10 (dez) salários mínimos, em benefício do Destacamento da Polícia Militar de Manari, e por pena de prestação de serviços à comunidade. Ulteriormente (fls. 621-623), entendendo o mesmo Juiz sentenciante ter havido erro material, aplicou a causa de aumento de pena prevista no art. 299, parágrafo único, do Código Penal, passando o total da sanção aplicada a ser de 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão e 116 (cento e dezesseis) dias-multa, no valor de 01 (um) salário mínimo cada dia multa, aplicando o regime semiaberto, por não ser recomendável regime inicial mais brando, sem fazer nenhuma consideração sobre a substituição da pena privativa de liberdade.

Irresignada, a **Defesa**, tempestivamente, interpôs Apelação (fl. 630). Em suas **razões** de fls. 630-635, aduz, **em sede preliminar: a)** que o Magistrado da instância singela, sob o argumento de erro material, proferiu novo julgamento, aumentando a pena imposta. Sustenta que não há erro material e que o que houve foi



675
8

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

correção de omissão contida no *decisum*, eis que houve alteração na decisão, considerando-se situação não contemplada na sentença original, e sem manifestação da parte contrária, afetando, destarte, o princípio da ampla defesa; **b)** que a sentença é nula, eis que o Magistrado, ao aplicar a pena de multa, fixou 100 (cem) dias-multa, no valor de um salário mínimo para cada dia-multa, sem qualquer fundamentação, e que a falta de fundamentação afronta o art. 93, inciso IX, da Carta Magna.

No **mérito**, alega que o monocrático sentenciante substituiu a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, sendo uma delas no valor de 10 (dez) salários mínimos, em favor do Destacamento da Polícia Militar de Manari, e a outra, prestação de serviços à comunidade. Sustenta que além da substituição importar em *quantum* elevado, não houve fundamentação. Por derradeiro, questiona o fato do Estado-Juiz assumir o papel de provedor do Poder Executivo, aduzindo não ser este o seu papel.

O **Ministério Público**, em suas **contrarrazões** de fls. 637-640, **pugna pela manutenção da segunda sentença condenatória**, alegando que a última decisão proferida se limitou a corrigir erro material.

Ao ser cientificado da sentença condenatória, o **Ministério Público**, tempestivamente, também interpôs apelação (fl. 636v.). Em suas **razões** de fls. 647-649, pugna pela alteração da primeira sentença para que seja reconhecida a causa de aumento prevista no art. 299, parágrafo único, do CPB, ao fundamento de que o apelante praticou a conduta ilícita quando Prefeito do Município de Manari.

A **Defesa**, em suas **contrarrazões** ao recurso do Órgão Ministerial (fls. 654-656), insiste que a segunda sentença condenatória, alterando a primeira, é nula, eis que não houve provocação de qualquer das partes.

A douta Procuradoria de Justiça Criminal atuante nesta Corte, através da Dra. Eleonora de Souza Luna, lançou parecer às fls.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

667-671, opinando pelo **provimento do recurso do Ministério Público**, para que seja aplicada, na sentença condenatória de fls. 615-620, a causa de aumento de pena prevista no art. 299, parágrafo único, do CPB, passando a pena final a ser fixada em 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão e 116 (cento e dezesseis) dias-multa, cada dia no valor de 01 (um) salário mínimo vigente à época do fato, pugnando, também, pelo **provimento parcial do recurso da Defesa**, para que seja mantida a sentença condenatória de fls. 615-620 no que pertine à substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, alterando tão somente o destinatário da prestação pecuniária, que, ao invés de ser o Destacamento da Polícia Militar de Manari, deverá o valor ser destinado à vítima, que, *in casu*, é o erário municipal.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 28 de julho de 2014.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



687

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0185773-4

COMARCA : Inajá –Vara Única
APELANTES : José Vieira Pereira e OUTRO.
APELADOS : Ministério Público do Estado de Pernambuco
e OUTRO.
PROCURADOR : Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA : Des. Daisy Maria de Andrade Pereira Costa

VOTO PRELIMINAR

Em suas razões de fls. 630-635, a Defesa aduz, **em sede preliminar: a)** que o Magistrado da instância singela, sob o argumento de erro material, proferiu novo julgamento, aumentando a pena imposta. Sustenta que não há erro material e que o que houve foi correção de omissão contida no *decisum*, eis que houve alteração na decisão, considerando-se situação não contemplada na sentença original, e sem manifestação da parte contrária, afetando, destarte, o princípio da ampla defesa; **b)** que a sentença é nula, eis que o Magistrado, ao aplicar a pena de multa, fixou 100 (cem) dias-multa, no valor de um salário mínimo para cada dia-multa, sem qualquer fundamentação, e que a falta de fundamentação afronta o art. 93, inciso IX, da Carta Magna.

Relativamente às preliminares arguidas, acolho, integralmente, todos os argumentos trazidos pela douta Procuradora de Justiça, Dra. Eleonora de Souza Luna, no seu Parecer (fls. 669-670):

"1. Analisando a primeira preliminar do recurso de APELAÇÃO de JOSÉ VIEIRA PEREIRA, observa-se que assiste razão parcial ao apelante, pois, verdadeiramente, não se trata de correção de mero erro material, mas de alteração de sentença



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

já proferida – uma datada de 15/10/2008 e a outra de 22/10/2008 – embora ambas só tenham sido entregues em cartório aos 22/10/2008.

Assim, de fato, a segunda sentença proferida alterou, inclusive, a substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos para pena privativa de liberdade em regime semi-aberto.

No entanto, o representante ministerial, tempestivamente, apresentou recurso de APELAÇÃO, pugnando, tão só, pelo reconhecimento da causa de aumento de pena prevista no artigo 299, parágrafo único, do Código Penal.

Assim, embora deva ser reconhecida a nulidade da segunda sentença condenatória proferida, no que diz respeito à aplicação da causa de aumento de pena prevista no artigo 299, parágrafo único, do CP, houve impugnação tempestiva do Ministério Público para que aquela causa de aumento de pena fosse reconhecida, pois os fatos foram praticados pelo ex-Prefeito de Manari, quando do exercício do cargo.

Concluindo: a segunda sentença condenatória é nula. No entanto, a pena privativa de liberdade e a multa fixada naquela deve ser mantida porque o representante ministerial apresentou recurso de APELAÇÃO tempestivo, a fim de que aquela causa de aumento de pena fosse mantida.

2. No que diz respeito à segunda preliminar, falta de fundamentação da aplicação da pena de multa, houve a fundamentação no que diz respeito aos dias-multas. O valor aplicado para cada dia multa foi baseado no quantum do dano causado ao Município.

A alegação de que se trata de ex-Prefeito pobre não encontra respaldo em qualquer documento dos autos, de maneira que este argumento é insuficiente para afastar a aplicação da pena de multa naquele quantitativo e valor.

É de se observar, ainda, que o valor do salário-mínimo é o da época dos fatos e não o vigente, que sofreu aumento considerável nos últimos anos.



689

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Assim, o cálculo efetuado pelo apelante JOSÉ VIEIRA PEREIRA, impugnando o valor por ele considerado elevado nas razões do seu recurso, não corresponde à realidade fática.

Assim, é de ser mantido o *quantum* dos dias-multa aplicado e o valor de cada dia-multa fixado. (grifos nossos).

Por outro lado, sendo o valor aplicado para cada dia multa baseado no *quantum* do dano causado ao Município, não há que se falar em falta de fundamentação da pena pecuniária, como alegado pela Defesa. Vale ressaltar que o valor fixado (10 salários-mínimos) foi próximo ao patamar fixado no art. 45, §1º, do Código Penal, no qual a pena de prestação pecuniária varia de 01 a 360 salários mínimos.

No que diz respeito à alegação de nulidade por alteração de sentença já proferida, de fato, a segunda sentença (fls. 621/623) foi além de uma mera correção material, haja vista que modificou, inclusive, a substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos para pena privativa de liberdade em regime semiaberto, pelo que carece de nulidade.

Pelo exposto, **rejeito a segunda preliminar arguida por vislumbrar fundamentação suficiente e razoabilidade na aplicação da pena pecuniária e acolho a primeira preliminar, para declarar nula a segunda sentença condenatória, inserta às fls. 621-623.**

VOTO MÉRITO

Consoante relatado, **JOSÉ VIEIRA PEREIRA** foi condenado, nos termos da Denúncia, à pena definitiva de **02 (dois anos) e 06 (seis) meses de reclusão, além de 100 (cem) dias-multa**, no valor de 01 (um) salário mínimo cada dia multa, por ter infringido o **art. 299 do CPB (fl. 620)**. **Em seguida, o Togado sentenciante substituiu a pena privativa de liberdade por prestação pecuniária no valor de 10 (dez)**



690

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

salários mínimos, em benefício do Destacamento da Polícia Militar de Manari, e **por pena de prestação de serviços à comunidade**. Ulteriormente (fls. 621-623), entendendo o Monocrático sentenciante ter havido erro material, aplicou a causa de aumento de pena prevista no art. 299, parágrafo único, do CPB, passando o total da pena aplicada a ser de 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão e 116 (cento e dezesseis) dias-multa, no valor de 01 (um) salário mínimo cada dia multa, e, ao invés de manter a substituição da pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos, aplicou o regime semiaberto.

Consoante a atrial acusatória (fls. 02-04), os auditores do Tribunal de Contas, analisando a documentação referente às despesas empenhadas e pagas durante o período de 01 de janeiro a 29 de agosto de 2000, constataram a realização de despesas comprovadas através de notas fiscais consideradas canceladas pela Secretaria da Fazenda do Estado, no total de R\$ 284.263,30 (duzentos e oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta e três reais e trinta centavos).

Ressaltam os auditores que as despesas advindas de compra de materiais destinados a escolas daquele município que foram adquiridos da empresa MERCACID – Cidene Santos ME, através dos empenhos nº 013, de 26.01.2000, referente a pagamento do contido em Notas Fiscais nº 000325, 000326 e 000327, fls. 09/11, nº 121, de 08.05.2000, referente a pagamento do contido em Notas Fiscais nº 000473, 000474 e 000475, fls. 17/19, e nº 188, de 10.07.2000, referente a pagamento do contido em Nota Fiscal nº 000482, fls. 33, no valor total de R\$ 160.247,00 (cento e sessenta mil, duzentos e quarenta e sete reais), quando a inscrição da citada empresa encontrava-se cancelada desde 25.12.1999, bem como que as despesas advindas do fornecimento de diversas mercadorias para merenda escolar daquele município que foram adquiridos da empresa Alexandre Oliveira Francolino ME, através dos empenhos nº 027, de 10.02.2000, referente a pagamento do contido em Nota Fiscal nº 0418, fls. 41, r nº 147, de 19.05.2000, referente a pagamento do contido em Nota Fiscal nº 0302, fls. 53, no valor total de R\$ 124.016,30 (cento e vinte e quatro



691

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

mil, dezesseis reais e trinta centavos), quando a inscrição da citada empresa encontrava-se cancelada desde 30.06.1999.

Tais fatos ensejaram a caracterização de utilização de notas fiscais de empresas com inscrições canceladas para quitação das referidas despesas, encontrando-se incurso o denunciado **JOSÉ VIEIRA PEREIRA**, Prefeito Municipal de Manari, nas penas do art. 299 do Código Penal.

A materialidade e a autoria não foram questionadas.

A **Defesa** alega, no mérito, que o monocrático sentenciante substituiu a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, sendo uma delas no valor de 10 (dez) salários mínimos, em favor do Destacamento da Polícia Militar de Manari, e a outra, prestação de serviços à comunidade. Sustenta que além da substituição importar em *quantum* elevado, não houve fundamentação. Por derradeiro, questiona o fato do Estado-Juiz assumir o papel de provedor do Poder Executivo, aduzindo não ser este o seu papel.

Relativamente ao valor de 10 salários-mínimos, em favor do Destacamento da Polícia Militar de Manari, o valor deve ser mantido, eis que, como já foi dito, na análise das preliminares, a alegação de que o apelante é ex-Prefeito pobre não tem o condão, por si só, de afastar a aplicação da pena de multa e nem tampouco o *quantum* fixado, máxime porque se cuida de mera alegação, desacompanhada de qualquer comprovação nos autos. Ademais, vê-se que o valor foi fixado próximo ao patamar mínimo, eis que a pena de prestação pecuniária varia de 01 a 360 salários mínimos, nos termos do art. 45, § 1º, do CP.

Ademais, o valor do salário mínimo fixado no *decisum* guerreado é o da época dos fatos (2000), e não o vigente, que teve aumentos expressivos nos últimos anos. Destarte, o cálculo efetuado pelo apelante, quando da impugnação do valor da multa, nas suas razões recursais, não corresponde à realidade.



692

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

No que diz respeito à destinação do valor ao Destacamento da Polícia Militar de Manari, o artigo 45, § 1º, do Código Penal, determina que o dinheiro será destinado à vítima ou seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social.

Nesse ponto assiste razão à Defesa, porquanto não cabe ao Judiciário prover carências do Poder Executivo estadual, não se podendo considerar o Destacamento da Polícia Militar de Manari como entidade pública de destinação social, como assinala o Parecer da douta Procuradoria de Justiça (fls. 670).

O **Ministério Público**, em suas razões de apelação (fls. 648/649), pugna pela alteração da primeira sentença (fls. 615/620) para que seja reconhecida a causa de aumento prevista no art. 299, parágrafo único, do Código Penal, ao fundamento de que o apelante praticou a conduta ilícita quando Prefeito do Município de Manari.

Compulsando os autos, vê-se que houve impugnação tempestiva do Representante do *Parquet* para que a causa de aumento supramencionada fosse reconhecida.

Assim, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **dou provimento ao recurso do Ministério Público**, para que seja aplicada, na sentença condenatória de fls. 615-620, a causa de aumento de pena prevista no art. 299, parágrafo único, do CP. A pena-base foi fixada em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, cumulada com 100 (cem) dias-multa, sendo cada dia-multa equivalente a um salário mínimo legal (fl. 620), ausentes atenuantes e agravantes. À minguia de causa de diminuição e presente a causa de aumento prevista no parágrafo único, do art. 299, do CP, majoro a pena em 1/6 (um sexto), **passando a sanção final a ser de 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão, e a pecuniária em 116 (cento e dezesseis) dias-multa, cada dia no valor de 01 (um) salário mínimo vigente à época do fato.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Levando-se em conta que o Ministério Público de 1º grau, em seu Apelo, não requereu a alteração do cumprimento da execução da pena estabelecido na primeira sentença condenatória (fls. 615-620), deve prevalecer a substituição ali indicada, qual seja, uma pena pecuniária e uma pena de prestação de serviços à comunidade, como substitutivas à pena privativa de liberdade.

E ainda, dou provimento parcial ao recurso da Defesa, para que seja mantida a sentença condenatória de fls. 615-620 no que pertine à substituição da sanção privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, quais sejam: **uma pena pecuniária e uma pena de prestação de serviços à comunidade**. O *quantum* estabelecido para a pena pecuniária fica nos mesmos moldes ali estabelecidos (10 salários-mínimos – fls. 620), alterando-se tão somente o destinatário da prestação pecuniária e também dos serviços a serem efetuados, que, ao invés de ser o Destacamento da Polícia Militar de Manari, passa a ser uma entidade pública ou privada de destinação social, a teor do art. 45, § 1º, do Código Penal, indicada pelo Juízo das Execuções Penais.

É como voto.

Recife, 16 de 09 de 20 .


Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0185773-4

COMARCA : Inajá- Vara Única

APELANTE : José Vieira Pereira e Ministério Público do Estado de Pernambuco – MPPE.

APELADOS : OS MESMOS

PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna

RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

REVISORA : Des. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

VOTO DE REVISÃO

José Vieira Pereira foi condenado nos termos da denúncia, à pena definitiva de 02 (dois anos) e 06 (seis) meses de Reclusão, além de 100 dias-multa no valor de um salário mínimo vigente à época dos fatos, (fls. 615/620) como incursos nas penas do art. 299 (falsidade ideológica) do Código Penal, sendo a pena privativa de liberdade substituída por duas restritivas de direito, a primeira prestação pecuniária no valor de 10 (dez) vezes o salário mínimo em benefício do destacamento da Polícia militar de Manari, e a outra de prestação de serviço à comunidade.

Posteriormente, o juiz sentenciante reconheceu um erro material, e aplicou a causa e aumento de pena prevista no art. 299, parágrafo único, do Código Penal, atribuindo a pena de 02 (dois) anos e 11(onze) meses de reclusão, e 116 (cento e dezesseis) dias multa, no valor de um salário mínimo para cada dia multa, atribuindo ao apelante o regime semi-aberto, sem se manifestar sobre a substituição da pena Privativa de Liberdade.

Inconformado, o réu apelou da sentença condenatória (fls. 630), oferecendo razões recursais às fls. 631/635, alegando em Preliminar:

a) que o juiz sentenciante sob o argumento de erro material, proferiu novo julgamento, aumentando a pena imposta, que na verdade houve uma correção de uma omissão na decisão, já que a decisão foi alterada, sem manifestação da parte contrária, violando com isso o princípio constitucional da ampla defesa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

b) que ao fixar os 100 dias-multa, o magistrado o fez sem motivar a decisão, afrontando o art. 93, IX, da Constituição Federal.

No mérito:

Alega que o juiz sentenciante substituiu a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, sendo uma delas no valor de 10 (dez) salários mínimos, em favor do destacamento da Polícia Militar de Manari, e a outra prestação de serviços a comunidade, decisão sem fundamentação.

O Ministério Público de 1ª instância ofereceu contra-razões de apelação (fls. 637/640), rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pela manutenção da segunda sentença condenatória, sob alegação que a última decisão proferida corrigiu apenas um erro material.

Ato contínuo, o Ministério Público também interpôs apelação (fls. 654-656), e em suas razões (fls. 647/649), pugnou pela alteração da primeira sentença para que seja reconhecida a causa de aumento de pena prevista no art. 299, parágrafo único, do Código Penal, sob o fundamento que quando o apelante cometeu o ilícito, era Prefeito do município de Manari.

A Defesa, em contrarrazões ao recurso do órgão Ministerial (fls. 654/656), continua alegando a nulidade da segunda sentença, eis que, a mudança se deu sem a provocação de qualquer uma das partes.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, às fls. (615/620), ofereceu parecer opinando pelo provimento do Recurso do Ministério Público, para que seja aplicada a causa de aumento do parágrafo único, do art. 299 do Código Penal, passando a pena final a ser de 2 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão e 116 (cento e dezesseis) dias-multa, cada dia no valor de um salário mínimo vigente à época do fato, pugnando também pelo provimento parcial do recurso da defesa, para que seja mantida a sentença condenatória de fls. (615/620) no que tange a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, alterando somente o destinatário da prestação pecuniária para que o valor seja destinado a vítima, que, no caso é o erário municipal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

VOTO – PRELIMINARES ALEGADAS PELA DEFESA FLS. 631/635:

- **Primeira Preliminar:** que o juiz sentenciante sob o argumento de erro material, proferiu novo julgamento, aumentando a pena imposta, que na verdade houve uma correção de uma omissão na decisão, já que a decisão foi alterada, sem manifestação da parte contrária, violando com isso o princípio constitucional da ampla defesa.

De fato não se trata de erro material, o que houve foi uma modificação da sentença já proferida, alterando inclusive a substituição da pena privativa de liberdade em restritiva de direito para pena privativa de liberdade no regime semi-aberto.

Muito embora seja flagrante a nulidade da segunda sentença, o Ministério Público interpôs apelação, tempestivamente, para que fosse reconhecida a causa de aumento de pena do parágrafo único do art. 299, Código Penal, uma vez que, o autor do fato ao tempo do crime era Prefeito de Manari.

Art. 299(...) Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, umenta-se a pena de sexta parte.

Assiste razão em parte a defesa do Apelante, pelo que reconheço a nulidade da segunda sentença, porém, não há como afastar a causa de aumento do parágrafo único do art. 299, parágrafo único, do Código Penal, pois, entre a conduta do apelante e o referido parágrafo, houve uma adequação típica imediata.

Concluo, portanto, que apesar de nula a segunda sentença, por ter havido tempestivo recurso interposto pelo membro do Ministério Público, a pena privativa de liberdade e a pena de multa fixadas na sentença, devem ser mantidas.

- **SEGUNDA PRELIMINAR:** que ao fixar os 100 dias-multa, o magistrado o fez sem motivar a decisão, afrontando o art. 93, IX, da Constituição Federal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

Não há que se falar em falta de fundamentação na aplicação da pena de multa, o magistrado ao aplicar a referida pena, o fez, com base no dano causado ao Município.

A alegação de ser o apelado “pobre”, não afasta a incidência da pena de multa, que à época foi fixado no valor do salário mínimo vigente.

Por todo o exposto, e em consonância com o parecer ministerial, acolho integralmente o parecer da douta procuradora Dra. Eleonora de Souza Luna (fls. 669/670), rejeitando a segunda preliminar, por estar devidamente fundamentada, não havendo violação do art. 93, IX, da Constituição Federal, e acolho a primeira preliminar para declarar nula a segunda sentença. (fls 621/623).

É como voto em preliminar.

Em 16/09/14


Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Revisora

VOTO - MÉRITO

O apelante pretende, através do presente recurso, modificar as penas fixadas na sentença proferida pelo *juízo a quo*, alega no mérito que o juiz substituiu a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, sendo uma delas no valor de 10 (dez) salários mínimos, em favor do destacamento da Polícia Militar de Manari, e a outra, prestação de serviço à comunidade. Alega ainda, que o valor atribuído a pena foi elevado e sem fundamentação, questionando por fim, o fato do juiz está assumindo o papel de provedor do Poder Executivo, ao atribuir a multa ao Destacamento da Polícia Militar, não sendo esse o seu papel.

No que tange ao valor atribuído, **mantenho a decisão**, como já foi dito, a alegação de pobreza não afasta a aplicação da pena pecuniária, além do que o referido valor tem por base o salário mínimo da época do fato, que se deu em 2000, estando a decisão devidamente fundamentada

Por outro lado, não cabe ao Poder Judiciário prover as necessidades do Poder Executivo Estatal, se equivocou o juiz sentenciante



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Terceira Câmara Criminal

quanto à destinação da pena pecuniária, pois, não se pode considerar o destacamento Policial de Manari como entidade pública de destinação social.

Analizando minuciosamente os autos, em razões de apelação, o Ministério Público (fls. 615/620), pugnou, tempestivamente, pela modificação da primeira sentença, para que fosse reconhecida a causa de aumento do artigo 299, parágrafo único, do Código Penal. (fls. 615/620). Destacou que quando o apelante praticou o fato tipificado no artigo acima citado, ele era Prefeito do Município de Manari.

Comprovado nos autos que na data do fato o apelante era Prefeito do Município de Manari, não há como negar a incidência da causa de aumento do artigo 299, parágrafo único, do Código Penal.

Por todo o exposto, e em consonância com o parecer ministerial, **dou provimento ao recurso do Ministério Público**, para que seja aplicada a sentença de fls. 615/620, a causa de aumento do artigo 299, parágrafo único do Código Penal, incidindo sobre a pena base o aumento de 1/6, passando a ser a pena definitiva de 02(dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime semiaberto, e a pena pecuniária em 116 dias-multa, cada dia no valor de 01 (um) salário mínimo vigente à época do fato.

Destaco que a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito estabelecida na primeira sentença condenatória, deve ser mantidas, (fls. 615-620), quais sejam: prestação pecuniária e prestação de serviço à comunidade, **dando provimento parcial a defesa, mantendo, no entanto**, o valor da pena pecuniária atribuída. (fls. 620), no valor de 10 (dez) salários-mínimos, sendo esse valor destinado de acordo com o art.45 §1, do Código Penal, a uma entidade pública ou privada de destinação social, indicada pelo juízo de Execuções Penais.

É como voto.

Recife, 16 de 09 de 2014.


Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Revisora